

bibliotecas

A era da informática

Novas tecnologias chegam às nossas bibliotecas,

com os custos

e as vantagens

da modernização.

A Biblioteca Nacional

(entre outras)

vai informatizar-se.

O EXPRESSO ouviu

o seu director

A «LEITURA à distância» é um dos horizontes das bibliotecas modernas. Por exemplo: estar em Paris a consultar os dados da Biblioteca do Congresso, de Washington, através da British Library. Mas, além da comunicação internacional «instantânea» de documentos, por interconexão das bases de dados, a informática permite uma utilização muito mais completa e rápida dos livros de cada biblioteca, e das relações entre as obras, do que poderíamos sonhar com os meios tradicionais: informações bibliográficas por assuntos e épocas, consulta de textos sem o manusear. A Biblioteca Nacional de Paris instalou no ano passado o seu sistema informatizado. O Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, começou, também em 1986, a preparar-se para o V Centenário da descoberta da América por Colombo, adquirindo um sistema de informatização que custa mil milhões de pesetas (a volta de um milhão de contos), por protocolo entre o Ministério da Cultura espanhol, a IBM e uma fundação.

Terá Portugal ficado à margem de mais um movimento tecnológico, com evidentes repercussões culturais? Parece que não, que desta vez acompanhamos a «onda» europeia. O director da Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuel Villaverde Cabral, falou ao EXPRESSO do projecto de informatização que associa a BN, com o seu milhão de títulos, às outras grandes bibliotecas portuguesas (do Estado, universitárias, municipais). E ao mundo...

Romper o isolamento

EXPRESSO — A Biblioteca Nacional vai ser informatizada. Qual o alcance e quais os objectivos deste projecto?

MANUEL VILLAVERDE CABRAL — Há, realmente, um projecto de informatização da Biblioteca Nacional. Aliás, transcende a BN, visto que, muito cedo, foi concebido — e foi depois sendo aprofundado — como um projecto nacional. Corresponde àquilo a que nós chamamos tecnicamente a constituição de uma base nacional de dados bibliográficos, ou, por outras palavras, o catálogo colectivo de todas as (ou pelo menos das principais) bibliotecas portuguesas. Do ponto de vista tecnológico, é até indiferente, no fundo, onde é que o computador central vai ficar fisicamente. Considero extremamente positivo e encorajador termos conseguido, no espaço de dois anos, lançar e trazer até ao termo da primeira fase este projecto.

Ao convencer-me da necessidade de informatizar a BN, não se tratava, para mim, de sacrificar a uma moda tecnológica qualquer. Quando vim para este lugar, em Janeiro de 1985, percebia muito pouco de bibliotecas; tinha delas o conhecimento de um utilizador. Mas dei-me conta do isolamento desta instituição, quer dentro de Portugal quer à escala internacional. Além disso, ao mesmo tempo, apercebia-me (tal como todos os utilizadores da BN sabem, quanto a esta biblioteca e quanto a outras) das enormes insuficiências e atrasos frequentes na catalogação e, por consequência, no acesso aos fundos. Finalmente, para além do público que acede à BN como instrumento e local de trabalho, tratava-se de, com a informatização, fornecer ao próprio pessoal desta biblio-

teca um trampolim para saltar sobre os obstáculos a que aludi. Não é, pois, por simples concessão à moda das tecnologias que me parece necessária a modernização de uma instituição como esta, sem prejuízo daquilo que nela é contínuo e mesmo tradição. Essa modernização supõe, em suma, uma nova maneira de trabalhar cá dentro, uma nova imagem para fora, uma outra capacidade de o público utilizar os fundos da BN e, finalmente, em relação às outras bibliotecas do país, uma outra atitude com vista à constituição daquilo a que, na profissão, chamamos o Sistema Nacional de Bibliotecas. E ainda, cada vez mais, um sistema internacional de bibliotecas.

EXP. — Esses sistemas de articulação permitirão portanto suprir as inevitáveis limitações e especialização de cada biblioteca e proceder à permuta de informações...?

Ligações internacionais

M.V.C. — É óbvio que nenhuma biblioteca, por maiores que fossem os seus recursos (excepto, talvez, a Library of Congress, nos EUA, e mesmo essa confronta-se com o problema), poderia cobrir todas as necessidades da investigação. Uma biblioteca como a BN tem de orientar e concentrar as suas capacidades, apontando para dispor de todo o património documental português e de interesse para a cultura e história de Portugal, mas pouco mais longe poderá ir... Penso que devemos privilegiar também as nações africanas de expres-

são portuguesa, e igualmente o Brasil até certo ponto; mas não podemos ir muito para além disso, e seria estulto pretender cobrir toda a literatura.

Em contrapartida, muitas bibliotecas — públicas e, sobretudo, universitárias — dispõem de fundos complementares do da BN. Ora a informatização, para além de dinamizar as pessoas internamente e de mudar a imagem externa da Biblioteca, permite possuir, por assim dizer, uma só biblioteca, com vários pontos de acesso no país, através dos quais os utilizadores sabem o que existe e onde se encontra.

A ligação internacional completa o círculo dos conhecimentos, dando-nos a saber o que é que, não existindo em Portugal, existe no entanto disponível, e onde; e permite-nos aceder a bases de

dados internacionais. Mediante custos, porque é evidente que os há, permitirá eventualmente que esta e outras bibliotecas sirvam de intermediário entre o utilizador e o fundo internacional bibliográfico, obtendo reproduções, microfichas, microformas, microfilmes, fotocópias, etc.

EXP. — Isso significará também que vai ser possível conjugar o plano de aquisições da Biblioteca Nacional de Lisboa com os de outras bibliotecas públicas portuguesas?

M.V.C. — Bem, o que é mais lento em todo este processo é a constituição da própria base de dados, isto é, a introdução dos dados, aquilo a que nós chamamos os «registos bibliográficos», mas tecnicamente cria-se, com efeito, a possibilidade de

(Continua na pág. 34-A)

(Continuação da pág. 33-A) **gizar** uma política de aquisições adequada a um país com recursos limitados (e mesmo que os recursos fossem maiores, continuaria a justificar-se uma política concertada de aquisições). Se pensarmos em obras estrangeiras, ou em obras de investigação científica e de ciências exactas, obras caras, não é possível, nem provavelmente indispensável, que um número sucessivo de bibliotecas as adquiram, a partir do momento em que tenhamos uma base acessível que nos dirá se essa obra existe e onde.

Deitar fora e guardar

EXP. — Além do problema dos recursos, existe para muitas bibliotecas o do espaço. O que se passa quanto às obras abrangidas pelo «depósito legal»?

M.V.C. — O depósito legal, por definição, está em princípio todo na BN, tal como nas demais bibliotecas beneficiárias.

EXP. — A BN guarda, pois, todos os livros de depósito legal, não sendo por enquanto forçada a fazer uma selecção?

M.V.C. — Nós guardamos tudo. A eliminação já é um problema que se põe; mas há vários graus de eliminação. Propriamente «deitar fora» é uma coisa que não se faz, ou só se faria em casos de espécies bibliográficas realmente menores, quando a instituição estivesse estragada em termos de espaço. Mas há modalidades de eliminação, de redução de interesse. Uma biblioteca como a Nacional tem uma função de preservação; portanto, partindo do princípio de que não é possível dizer hoje

que terá valor amanhã, nós temos um compromisso com o futuro no sentido de guardarmos tudo. No futuro, decidirão se guardamos coisas inúteis ou não; mas nessa altura, provavelmente, a decisão será a mesma. Ou seja, a eliminação total de uma espécie, a sua destruição, é uma decisão que nunca — na minha opinião — será tomada. Mas pode ser contornada, através de formas de reprodução, por exemplo. Quer dizer: quando o problema de espaço é um constrangimento muito grande, a destruição de uma espécie (se for de muito pouco valor previsível) pode ser contornada a partir do momento em que seja possível guardá-la em microfilme, em microficha ou, amanhã — quem sabe? — em disco óptico, por consequência, reduzindo o custo inerente ao espaço.

Mas há outras eliminações graduais, ou parciais. Nos Estados Unidos ou em Inglaterra, há muito tempo que as bibliotecas centrais — mesmo as que têm como vocação a preservação máxima do património — não dão a todas as espécies o mesmo valor em termos de catalogação. E o computador tem

capacidades técnicas para resolver tudo isso de uma forma que, manualmente, não era tão fácil, nem, por vezes, possível.

As estantes e o computador

EXP. — E de que modo é utilizável aquilo que se preservou?

M.V.C. — Esse aspecto é o da recuperação da informação: os sistemas de informação documental actualmente disponíveis têm também, do ponto de vista do utilizador, do investigador, um alcance revolucionário: o computador funciona um pouco como o equivalente de uma actividade que todos nós prezamos — a de percorrer as estantes. Quando as bibliotecas são muito grandes, quando as obras têm de ser preservadas e não podem estar em estantes abertas, o único substituto é o computador. Além disso, ele cria uma possibilidade que as estantes não permitiam: a de fazer pesquisas «booleanas», isto é, a possibilidade de combinar títulos, temas, autores, datas, locais de publicação; portanto, tudo o que constitui a catalogação, a classificação, a indexação da obra, fica registado e é combinável.

EXP. — Por exemplo...?

M.V.C. — Posso dizer ao computador: «Tire-me aí uma lista das obras publicadas em Lisboa na segunda metade do século XIX que se referem a temas do nacionalismo» — por exemplo, procurando nos títulos as palavras «nação», «Pátria» e outras. E, em cinco ou dez minutos, o investigador ob-

tém uma lista, um conjunto de pistas que levará um bom mês a trabalhar, até descobrir, finalmente, coisas que eram ignoradas e que se revelam de interesse.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Bibliotecas e Arquivos

Biblioteca Nacional

3/2

A tecnologia cria uma nova atitude»

Mudar a pesquisa

Por outras palavras, com um tempo de utilização do computador de 5 ou 10 minutos (isto por parte do utilizador, pois há evidente-

mente, a montante do sistema, a necessária introdução dos dados, e aí é que está a parte cara e morosa do projecto), abrem-se perspectivas de pesquisa que, na minha opinião, poderão levar a uma inflexão das próprias estratégias de pesquisa.

A tecnologia cria uma nova atitude perante a informação. É a abertura de novas possibilidades. Naturalmente que o investigador será sempre o responsável pela investigação, e que um mau investigador não passará a ser bom por ter acesso a uma base de dados. Mas a tecnologia permite acelerar os tempos, por forma a criar perspectivas de divisão do trabalho, de trabalhar em equipa, etc. É para isto que aponta uma inovação destas.

EXP. — Por que razão se torna isto possível, e como, se o não foi até agora? Como é, qual é o financiamento?

M.V.C. — Do ponto de vista histórico, houve efectivamente, nos últimos dez anos, um grande progresso tecnológico em matéria de informática documental. Em particular, nos EUA e na Inglaterra, e, progressivamente, em outros países, as bibliotecas foram constituindo um mercado para a informática. Apareceu, pois, uma procura potencial, e a oferta respondeu com a miniaturização dos equipamentos. A gradual redução do porte destes foi acompanhada pelo aumento das memórias; enfim, progressos quer ao nível do «hardware» quer do «software» fizeram com que se tornassem possíveis duas coisas à BN e ao conjunto de bibliotecas portuguesas que tem participado neste projecto (nomeada-

mente a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra); por um lado, recuperar o atraso, no sentido em que não somos obrigados às mesmas etapas que percorreram outras bibliotecas, lá fora; e, por outro lado, reduzir relativamente os custos de um projecto desta envergadura. Hoje, estas tecnologias tendem a apresentar-se em «pacotes» (chamam-se, às vezes, «sistemas integrados») já amortizados num mercado crescente — o que, reduzindo os custos, nos permitiu, com o apoio de instituições privadas, tomar uma decisão, cujas implicações financeiras, embora ainda consideráveis, já não são aquilo que teriam sido há dez ou vinte anos.

EXP. — Que instituições?

M.V.C. — São várias; a primeira foi a Fundação Gulbenkian, e logo a seguir, a Fundação Luso-Americana viu também o interesse do projecto e quis associar-se financeiramente a ele. O custo inicial desta primeira fase tornou-se, assim, relativamente acessível.

EXP. — Pode-se saber qual?

M.V.C. — O que previmos gastar é da ordem dos 160 mil contos, num espaço de dois a três anos.

EXP. — No conjunto das bibliotecas?

M.V.C. — Sim, ou seja: é uma memória central e uma série de módulos de «software», bem como uma verba para o conjunto de instalações, terminais (uma centena de terminais, dos quais menos de metade para a BN), e finalmente uma verba mais variável, que é a necessária para a introdução dos dados: se eu tiver cem, introduzo

cem dados, se tiver mil introduzo mil dados...

EXP. — O que é exactamente uma base de dados?

M.V.C. — O que a constituição de uma base de dados significa é a síntese, registo a registo, das actividades de descrição, catalogação, análise, classificação de um livro (ou de qualquer outra espécie bibliográfica), permitindo a sua própria recuperação para a investigação. O sistema informático tende a esbater a actual situação no sistema manual, onde a ficha catalográfica tem, por assim dizer, dois lados: o lado da biblioteca que faz a ficha e o lado do leitor que olha para a ficha. Um registo introduzido numa base de dados é como uma esfera que pode ser vista de todos os lados, em permanência, por toda a gente. A libertação de rotinas, de tarefas morosas e penosas, que daí resulta, permitirá a requalificação, simultaneamente, do pessoal, das bibliotecas e dos utilizadores, que poderão dedicar-se a actividades mais nobres. Para os bibliotecários, poderá tratar-se, por exemplo, da produção de bibliografias.

Baixa procura da informação

EXP. — Quando começa a ter efeitos?

M.V.C. — Os resultados deste processo de informatização só serão palpáveis para o utilizador final, a médio prazo. Não estamos, pois, a anunciar o Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas «on line», directamente acessível aos utilizadores, para amanhã de

manhã. Temos de pensar em termos de três a cinco anos para dispor de uma base de dados significativa, capaz não só de transformar as atitudes do pesquisador perante a tecnologia, mas sobretudo — e isto é o essencial do ponto de vista da investigação — de transformar radicalmente o acesso aos fundos e o conhecimento destes. Não tenho dúvidas nenhuma, como investigador, que os estudos humanísticos em Portugal têm estado, em geral, condicionados pelo acesso às fontes, à documentação.

EXP. — Problema que pode ser encarado do lado da oferta ou do da procura de documentação...

M.V.C. — Embora a procura de informação, em Portugal, seja baixa, infelizmente (e estou a lembrar-me de o eng.º João Cravinho o ter recordado no último Congresso da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), a situação pode ser alterada. Esse nível de procura tem que ver com o nosso desenvolvimento socioeconómico, com o sistema educativo, com o sistema cultural. O que as bibliotecas, arquivos e centros de documentação podem fazer é manipular (no bom sentido) a oferta, de maneira a captar zonas de procura latente, que só se torna actual se a oferta não for rígida. Julgo, aliás, que já conseguimos isso, em parte, na BN, aumentando significativamente o número de leitores sem termos introduzido qualquer alteração nas qualificações exigidas ao público para ter acesso aos livros. Os próprios horários são uma tentativa de «manipular a oferta». Não é um dirigismo cultural. Eu não posso nem devo arrogar-me o direito de dizer onde é que começa a erudição e onde acaba, digamos, o puro prazer.

Modernização e restauro

É certo — e é bom que se lembre — que uma biblioteca como a Nacional tem funções de preservação que são, até certo ponto, contraditórias com as de difusão. Mas há tecnologias que permitem superar ou conciliar as duas funções: a informatização é uma delas. Outras dizem respeito à conservação e ao restauro. Quando se tem de navegar entre a necessidade de preservar e a de difundir — pois para que é que se preserva, se não é para difundir? —, as soluções positivas residem numa política de conservação e restauro, que passa também pela reprodução e microfilmagem e, amanhã, por tecnologias mais eficazes que, neste momento, são ainda experimentais e muito caras.

EXP. — E com os actuais recursos...?

M.V.C. — Quanto à preservação e restauro, os problemas acumulados são enormes — e, pela própria degradação dos papéis, não

têm fim. Se o dinheiro caísse do céu, era ainda preciso criar estruturas humanas e organizacionais susceptíveis de utilizá-lo. Não é de excluir que no restauro, como na informatização, seja necessário desenvolver localmente tecnologias, mesmo parciais, que correspondam às necessidades nacionais, os «pacotes» que se compram no mercado internacional não foram feitos para a nossa dimensão e para o nosso tipo de problemas. Mesmo adquirindo tecnologias estrangeiras disponíveis, precisaríamos sempre, concretamente na preservação e restauro, daquilo a que se chama «investigação e desenvolvimento». A modernização — que é o grande desafio feito à sociedade portuguesa neste final do século XX —, mais do que uma simples questão de recursos económicos, é de facto uma questão de recursos humanos, uma questão de atitude, ou de vontade.

EXP. — A informatização dos catálogos existentes em Portugal levará o seu tempo. Mas o acesso aos fundos de bibliotecas estrangeiras poderá ser a mais curto prazo, ou não?

M.V.C. — O acesso às bases de dados estrangeiras é fácil (e a elas já acedem muitas instituições portuguesas, designadamente nas ciências exactas). A grande restrição são os custos de telecomunicações. Portugal tem feito avanços neste domínio. Nós obtivemos apoio da Secretaria de Estado das Comunicações, nomeadamente através dos CTT, porquanto os responsáveis reconheceram a vantagem de utilizar as redes modernas de telecomunicações em benefício da documentação e da informação cultural.

O EXPRESSO em microficha

EXP. — Quanto à microfilmagem, em que fase está a BN?

M.V.C. — Desde 1980, mais ou menos, desde a direcção de João Palma-Ferreira, foi aqui criada uma pequena unidade industrial de microfilmagem. A BN dispõe de equipamento que permitiria microfilmear mais; mas há dificuldades estruturais e orgânicas, ou seja, como lhe dizia, de recursos humanos. Temos uma dupla política: a de preservação propriamente dita, isto é, de microfilmear prioritariamente aquilo que os técnicos consideram mais carecido (exemplo imediato: jornais do século XIX e princípios do XX, cujo papel é muito mau e cuja utilização é extremamente depredadora), e, por outro lado, o serviço ao público. Respondemos a pedidos de outras instituições, estrangeiras ou portuguesas. Temos um acordo com o «Diário de Notícias». Fizemos um acordo, altamente vantajoso para a BN, com o EXPRESSO. Vamos ter o EXPRESSO em microficha.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Bisl. Accas e Arquivo
Bisl. Nacional